

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 17 de maio de 2019 às 07h36
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Tribunal espanhol inocenta Shakira da acusação de plágio	3
--	---

FAMOSOS

Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

Samsung e Huawei firmam acordo e encerram mais de 40 disputas judiciais	4
---	---

Jornal do Senado | BR

17 de maio de 2019 | Marco regulatório | INPI

Avança acordo internacional sobre registro de marcas	5
--	---

Marco regulatório | Anvisa

CAS debate obrigatoriedade da oferta de medicamentos de alto custo pelo SUS - Senado Notícias	6
---	---

Convergência Digital | BR

Patentes

Comissão do Senado aprova Brasil em acordo internacional de patentes	7
--	---

MaxPress | BR

Marco regulatório | Anvisa

Mercado legal de cigarros poderá sofrer novo impacto com PLS 769	8
--	---

Tribunal espanhol inocenta Shakira da acusação de plágio

FAMOSOS

Magistrados concluíram que não há semelhanças entre a música 'La Bicicleta' e 'Yo Te Quiero'. Os cantores colombianos Shakira e Carlos Vives foram inocentados por um tribunal espanhol da acusação de suposto plágio da música La Bicicleta, anunciou a Justiça nesta quinta-feira, 16.

Depois de escutar as diferentes partes implicadas no processo, realizado em 27 de março, em Madrid, e no qual a cantora negou acusação, o tribunal informou que descartou a ação do cubano Livam, que os acusava de copiar trechos de sua música Yo Te Quiero, de 1997.

"A letra da música é igual em quatro palavras (...) enquanto não há coincidência alguma na melodia; a velocidade do ritmo e a harmonia também são diferentes", argumentaram os magistrados na sentença. "Em resumo, não existe plágio de nenhuma maneira", concluiu o tribunal. A decisão cabe recurso.

Liván Rafael Castellano, conhecido artisticamente como Livam, e sua empresa MDRB Music Publishing haviam acusado os cantores de plágio, assim com o produtor Andrés Castro e a gravadora Sony. A principal semelhança entre as canções, segundo ele, é no refrão.

Enquanto Shakira e Vives cantam "eu sonho com vo-

cê e te amo muito", Livam entoava "eu te amo, eu te amo muito". O tribunal aceitou a similaridade, mas defendeu que "a expressão é comum, utilizada em todo tipo de canção e textos ao longo da história".

A sentença incluía opinião de vários peritos musicais propostos pela defesa que mostraram as diferenças entre as músicas. Shakira garantiu ao tribunal que nunca havia escutado a canção de Livam antes e defendeu que sua composição "não tem nada de parecido".

Os acusados disseram que Vives compôs a melodia e grande parte da letra junto com Andrés Castro enquanto Shakira escreveu um dos dois refrões. De sua parte, Livam havia dito que um representante seu fez com que sua música chegasse a Vives e reivindicava os **direitos** autorais. Porém, as duas testemunhas interrogadas negaram que haviam passado o tema da música para o cantor colombiano.

Não é a primeira vez que Shakira se envolve judicialmente por conta da autoria de uma música. Em 2014, a Justiça norte-americana condenou a cantora por plágio pela canção Loca. A música seria uma cópia ilegal de uma canção composta por um músico dominicano em 1998.

Com informações da AFP

Samsung e Huawei firmam acordo e encerram mais de 40 disputas judiciais

A Samsung e a Huawei firmaram um acordo nesta quinta-feira (16) para colocar um ponto final em todas as batalhas judiciais entre as fabricantes. Eram mais de 40 processos abertos, segundo o asiático Nikkei. Os termos definidos por Samsung e Huawei não foram anunciados publicamente, mas parece que as empresas assinaram um acordo que as aproxima de um licenciamento cruzado para as **patentes** que eram disputadas na Justiça. A batalha legal entre a Samsung e a Huawei começou em 2016, quando a chinesa processou a sul-coreana por supostamente infringir suas **patentes** de tecnologia 4G, sistemas operacionais e a interface de usuário. Meses depois, seria a vez da Samsung de acusar a Huawei de **quebra** de patente e exigir uma compensação de US\$ 24,1 milhões, além do fim da produção do Mate 8 e da linha Honor. O acordo desta quinta-feira ocorre quando a indústria de smartphones está enfrentando mu-

danças: os smartphones devem começar a se adaptar à rede 5G no próximo ano e, ao mesmo tempo, algumas fabricantes estão registrando um declínio nas remessas de smartphones em meio a um mercado saturado. A Huawei é uma das únicas fabricantes que está conseguindo evitar essa tendência negativa - as vendas globais de seus smartphones cresceram 50% no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período do ano passado. Já a Samsung continua dominando o mercado, mesmo vendo suas vendas caírem em 8%. O acordo entre as fabricantes foi impulsionado por um movimento da Samsung, que vinha sofrendo derrotas na Justiça. No mês passado, a Apple e a Qualcomm também resolveram a sua própria batalha legal sobre patentes de smartphones. Neste caso, o 5G foi um fator decisivo - sem um acordo com a Qualcomm, a Apple corria o risco de ficar pelo menos um ano atrás dos rivais.

Avança acordo internacional sobre registro de marcas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri (PDL 98/2019), que busca desburocratizar o registro internacional de marcas. O acordo já tem 97 países signatários, que são responsáveis por mais de 80% do comércio mundial.

A comissão aprovou também o reconhecimento, por parte do Brasil, da mudança do voto qualificado dos países nas decisões da Corporação Financeira Internacional (CFI), órgão de cúpula do Banco Mundial (PDL 126/2019). A análise dos dois acordos segue agora ao Plenário do Senado.

Coube ao senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apre-

sentar o relatório apoiando a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, elaborado por Marcio Bittar (MDB-AC). Autoridades da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, do



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Anastasia também apresenta relatório sobre voto em corporação

Ministério da Economia e do Itamaraty acompanharam a votação. Anastasia chamou a atenção para a importância do acordo para a indústria brasileira.

Anastasia relatou também o acordo sobre voto na CFI e considerou que o tratado é “favorável para o Brasil”. A mudança na corporação aumenta a participação dos votos básicos de 1,88% para 5,55%. Sendo assim, as nações em desenvolvimento, como o Brasil, aumentam de 33,4% para 44,1% o poder de voto.

O objetivo é igualar a CFI ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), outro órgão que constitui o Banco Mundial.

CAS debate obrigatoriedade da oferta de medicamentos de alto custo pelo SUS - Senado

Notícias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove na terça-feira (21) audiência pública interativa para debater o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo poder público. O início do debate, que contará com o serviço de Língua Brasileira de Sinais (Libras), está marcado para as 14h, na sala 9 da ala Alexandre Costa. A iniciativa é da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

Foram convidados para a audiência a procuradora Luciana Loureiro Oliveira; o presidente da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, Pedro Paulo Coelho; o presidente da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose, Cristiano Silveira; a vice-presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose, Silvia Matheus; a presidente da Aliança Distrofia Brasil, Karina Hamada; e um representante do Ministério da Saúde.

Judicialização da saúde

Na quarta-feira (22), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar três recursos extraordinários sobre a responsabilidade solidária dos estados no dever de prestar assistência à saúde e o fornecimento de remédios de alto custo - não disponíveis na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) e não registrados na **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**).

No último dia 9, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, recebeu 12 governadores para tratar do as-

sunto. Eles expuseram as dificuldades decorrentes de decisões judiciais que obrigam os estados a fornecerem remédios de alto custo, alguns sem registro na **Anvisa**, e tratamentos caros sem a ajuda da União. Segundo eles, os estados gastaram, no ano passado, R\$ 17 bilhões devido à judicialização da saúde, sendo que esses recursos não estavam previstos nos seus orçamentos.

Participaram do encontro os governadores Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul), Antonio Denarium (Roraima), Camilo Santana (Ceará), Coronel Marcos Rocha (Rondônia), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Flávio Dino (Maranhão), João Azevêdo (Paraíba), João Leão (Bahia, em exercício), Mauro Carlesse (Tocantins), Ronaldo Caiado (Goiás), Waldez Góes (Amapá) e Wilson Witzel (Rio de Janeiro).

Com informações do STF

COMO ACOMPANHAR E PARTICIPAR

Participe:

<http://bit.ly/audienciainterativa>

Portal e-Cidadania:

senado.leg.br/ecidadania

Alô Senado (0800-612211)

Comissão do Senado aprova Brasil em acordo internacional de patentes

A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal aprovou nesta quinta-feira, 16/5, a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri (PDL 98/2019), acordo internacional sobre registro de marcas e **patentes**. O acordo já tem 97 países signatários, que são responsáveis por mais de 80% do comércio mundial. A análise da adesão do Brasil ao acordo segue agora ao Plenário do Senado.

A Confederação Nacional da Indústria defendeu a aprovação do projeto e inclui na agenda legislativa de medidas que espera ver aprovadas em 2019. A adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid é um dos 14 projetos prioritários desta agenda.

O presidente em exercício da CNI, Paulo Afonso Fer-

reira, explicou que o Protocolo de Madrid habilita as empresas e pessoas físicas de um país-membro a solicitarem, através da OMPI, o registro de uma marca já pedida ou registrada no seu país de origem. Esse processo garante a prioridade da marca e simplifica o registro em todas as nações que fazem parte do acordo.

A CNI também entende que o Protocolo de Madrid gera ganhos significativos em economia de tempo de espera e de custos financeiros e econômicos, devendo causar uma queda de 90% nos custos do registro de marcas para as empresas. Também fortalece o sistema de proteção de marcas no Brasil.

* Com informações da Agência Senado

Mercado legal de cigarros poderá sofrer novo impacto com PLS 769



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (C-CJ) promoveu audiência pública na quarta-feira, 15 de maio, para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 769/2015. O texto transforma em infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos, proíbe qualquer forma de propaganda e patrocínio de cigarros e o uso de aditivos que deem sabor e aroma ao tabaco, além de tornar genéricas as embalagens de cigarro.

A relatora da matéria na comissão, senadora Leila Barros, presidiu a audiência. "A proposição tramita nesta casa há bastante tempo, mas levando em conta a complexidade do assunto e com as demandas recebidas durante o último mês dos mais variados setores afetados pela proposição, entendi por bem requerer essa audiência para finalizar de forma justa o meu parecer que será apreciado por essa comissão até o final do mês", afirmou Leila.

A proposta, do senador José Serra (PSDB-SP) tem caráter terminativo na CCJ e já foi aprovada nas comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento do senador Luiz Carlos Heinze para que ela também fosse avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foi rejeitado.

O presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Iro Schünke, falou sobre o impacto que tais medidas trariam ao mercado legal.

"A aprovação do PLS não vai reduzir o tabagismo. Vai sim, ampliar ainda mais o contrabando. O Brasil é um dos países que tem se adiantado na adoção de medidas restritivas e o que temos observado é uma inversão no consumo: os brasileiros passaram a consumir mais o produto contrabandeando, em detrimento do produto que é controlado e fiscalizado, mas mais que isso, que gera receita, impostos e empregos", falou Schünke, citando os dados do IBOPE que apontam que enquanto o mercado legal detinha 60% do mercado legal em 2015 e o ilegal 39%, em 2018 os números inverteram: o ilegal passou a abocanhar 54% do mercado e o setor legal aparece com 46%.

"As embalagens de cigarros no Brasil já levam 65% de advertências. A população brasileira já está muito bem informada que o cigarro faz mal à saúde. Se compararmos com as embalagens contrabandeadas, percebemos uma grande diferença com relação à atratividade, uma vez que os produtos ilegais não carregam as advertências. Há uma série de restrições já aprovadas e em vigor relacionadas aos pontos de venda. Já o mercado ilegal vende onde quiser, ao preço que quiser, por unidade ou em embalagens de dez cigarros e, inclusive, utilizando crianças na venda do produto como já foi flagrado na cidade de São Paulo", disse Schünke sobre as embalagens genéricas lembrando que a Austrália implementou as embalagens genéricas em 2012. "Em 2016 o governo fez uma análise pós-implementação. O resultado demonstrou que não foi possível quantificar com confiabilidade os efeitos das embalagens genéricas por si só na prevalência de fumantes e no consumo de tabaco, ou seja, não funcionou para a redução do tabagismo. Pelo contrário, após a implementação, o contrabando aumentou de 11% para 14%", ressaltou.

Sobre a proposta de restrição a aditivos, Schünke foi enfático. "É sempre bom lembrar, e a indústria tem dito isso sempre, que vender cigarros para menores de

Continuação: Mercado legal de cigarros poderá sofrer novo impacto com PLS 769

18 anos é crime. De qualquer forma, estudos demonstram que não existe correlação entre produtos com sabor e prevalência de fumantes. Aliás, o número de marcas contrabandeadas com sabor curiosamente aumentou em 2012, quando o assunto começou a ser tratado pela **Anvisa**. De lá para cá, já temos 12 marcas contrabandeadas que utilizam sabores. Quantas serão no futuro caso tenhamos novas restrições? Em contrapartida, o que o Senado, a Câmara e o Congresso estão fazendo para reduzir o contrabando?", finalizou.

Jaime Recena, diretor da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), entidade que representa quase 3% do PIB nacional, falou sobre o impacto dessas medidas no varejo. "Nossos pares na Austrália, onde as medidas já foram implementadas, já nos deram alguns indicativos. Segundo eles, quatro em cada dez varejistas sentiram o impacto no mercado ilegal. Além disso, relatam que aumenta o tempo de atendimento ao cliente e a insegurança do estabelecimento uma vez que aquela pessoa que fica no caixa precisa se ausentar de sua posição. O projeto apesar de ter uma nobre intenção, que é da saúde pública, não vai alcançar o resultado que se propõe. Já vivemos em um dos ambientes mais regulados do mundo. Entendemos que as regulamentações existentes são suficientes. Já é proibida a venda para menores, nossos comerciantes estão atentos a isso. Nosso receio é que com mais restrições o problema do contrabando aumente ainda mais", avalia.

O prefeito de Venâncio Aires, Giovane Wickert, representante da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), que reúne 556 municípios - 10% da totalidade dos municípios brasileiros, levou um abaixo-assinado dos prefeitos contrários ao PLS 769. "Será que o projeto considerou todos os fatores? Pelas exposições feitas aqui se tem um número elevado de jovens fumantes. Mas não é crime vender para menores de 18 anos? Não é meramente uma questão de legislação e de fazer cumprir a lei?", observou Wickert, abordando ainda nú-

meros da cadeia produtiva do tabaco.

ENTENDA - Hoje, a lei proíbe a propaganda comercial, mas permite no ponto de venda, desde que acompanhada de advertências, assim como autoriza o patrocínio institucional, com a utilização do nome e da logomarca do fabricante. O projeto avança na atual legislação ao proibir qualquer forma de propaganda, inclusive nos lugares de venda; adota embalagens padronizadas dos cigarros, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, com pacotes iguais e sem atrativos imagéticos; proíbe o uso de substâncias que possam realçar sabor ou aroma de cigarros e de outros produtos fumígenos, ou seja, barra o comércio e a importação de cigarros mentolados ou aromatizados; e pune o motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos. Pelo texto, o motorista que infringir a nova determinação cometerá infração gravíssima.

Saiba mais (infográficos)

Sugestão de legenda: Iro Schünke participou da audiência pública sobre o PLS 769 e foi enfático: o contrabando vai aumentar.

Contato com a imprensa

MSL Andreoli

Camila Holgado - camila.holgado@mslgroup.com - (11) 3169-9322 / (11) 96477-2701

Eliana Stulp Kroth - eliana.stulp@mslgroup.com - (51) 3713-1777 / (51) 99667-7405

Thais Thomaz - thais.thomaz@mslgroup.com - (11) 3169-9373 / (11) 98904-1366

www.mslandreoli.com.br

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Patentes

4, 7

Propriedade Intelectual

5

Marco regulatório | INPI

5

Marco regulatório | Anvisa

6, 8